



Assembléia decide execução do PDF

Reunidos em assembléia no dia 20 de janeiro, na sede do Sindicato, cerca de 200 fazendários discutiram a execução da Ação do PDF dos aposentados e pensionistas do Grupo Fisco. A execução será feita de forma coletiva e individualmente, conforme detalhamento que pode ser visto na página 2.

A convocação da assembléia, conforme

decidiu o Conselho Sindical, em 11/12, foi necessária para não contrariar decisão de anterior, realizada no dia 24 de novembro de 2008, no Fiesta Bahia Hotel, que deliberou pela desistência coletiva da Ação do PDF e da diferença de 15% da Ação da CET dos aposentados, em favor do acordo de incorporação de 40% do PDF, entre outros pontos. Veja mais nas páginas 2 e 3.

**Sindicato pressiona
o governo para resolver
pendências da pauta**

_____ Páginas 4 e 5

**Evento de fim de ano
renova energia da
categoria para 2010**

_____ Páginas 6 e 7

**Técnicos Administrativos
mobilizados pela nova
GDF e carreira própria**

_____ Páginas 8 e 9

**Fazendários presentes
no cortejo da Fetrab na
Lavagem do Bonfim**

_____ Página 10

**Ministério renova
registro do Sindsefaz,
único Sindicato dos
fazendários**

_____ Página 11

Ano novo, renova-se a luta

O ano de 2009 entrou para a história do Fisco Estadual. Foram diversas mudanças e avanços que permitiram aos fazendários recuperar a sua auto-estima e fechar acordos que permitirão à categoria, no início de 2011, conquistar um aumento real de salário de quase 50%.

Importante ressaltar as vitórias dos auditores fiscais, com os ganhos advindos com a mudança na carreira e o reajuste de 30% do subteto salarial; a conquista dos agentes de tributos, que além dos ganhos financeiros obtiveram o reconhecimento de atribuições que já desempenhavam na Sefaz e dos técnicos administrativos que conquistaram incorporação total do PDF com incremento de 50%, assim como os analistas técnicos, que garantiram importante incremento salarial com as modificações de sua tabela salarial.

As vitórias de 2009 (que se juntam as de 2007 e 2008) foram consequência de um diligente trabalho coletivo, que uniu determinação, capacidade de diálogo e perseverança. Sem dúvida, os setores beneficiados pelas conquistas não de reconhecer que os últimos três anos foram os melhores se comparados com os 20 anos anteriores.

É claro que existem pendências e por isso é necessário a renovação da nossa capacidade de luta e negociação para garantir que as pensionistas saiam da marginalização imposta pelo Governo (que até hoje não conseguiu cumprir um acordo assinado em fevereiro de 2008) e os técnicos administrativos conquistem a recomposição da GOF e a instituição de uma carreira específica na Sefaz, com critérios de promoção. Sem falar na questão da Execução do PDF, da instituição de um subteto compatível com as nossas remunerações do Fisco e da construção de uma Lei Orgânica da Administração Tributária.

Os fazendários – Auditores, Agentes e Técnicos (da ativa e aposentados) – mostraram ao longo dos últimos anos uma maturidade singular. Souberam compreender que não se resolve de uma canetada e em curto espaço de tempo as malvadezas de duas décadas. E foi por este comportamento que entramos em 2010 com saldo positivo, prontos para continuar a luta em prol da resolução das pendências, perseguir e manter a unidade da categoria para benefício coletivo e do povo baiano, e conscientes da necessidade de dar continuidade às mudanças implementadas pelo governador Wagner na Bahia.

Decisões da Assembléia

Os fazendários decidiram:

1- Executar a ação do PDF de duas formas:

- a) Coletivamente – o Sindsefaz promoverá a execução coletiva, com vistas à atualização dos contracheques de aposentados e pensionistas;
- b) Individualmente – o Sindsefaz organizará os grupos de aposentados e pensionistas que ingressarão com as execuções dos valores retroativos a Nov/2003. Para tanto o aposentado e o pensionista deverão encaminhar ao setor Jurídico do Sindicato os seguintes documentos (em breve disponível no nosso site):
 - b.1 - contracheques do período de 2003 até a presente data;
 - b.2 - contrato de honorários assinado;
 - b.3 - procuração assinada;
 - b.4 - autorização para desconto em folha de pagamento no valor de R\$ 200,00 (a ser usado para pagar os cálculos do contador e as custas judiciais).

2-Ratificar e encaminhar as deliberações da assembléia de 24 de novembro de 2008, quanto ao processo da CET:

- a) Desistência da diferença relativa aos 15%;
- b) Execução dos valores devidos entre 2000 e 2006 relativamente aos aposentados. O Sindsefaz organizará os grupos de aposentados que ingressarão com as execuções dos valores retroativos a 2000. Para tanto o aposentado deverá encaminhar ao setor Jurídico do Sindicato os seguintes documentos (em breve disponível no nosso site):
 - b.1 - contracheques do período de 2000 a 2006;
 - b.2 - contrato de honorários assinado;
 - b.3 - procuração assinada;
 - b.4 - autorização para desconto em folha de pagamento no valor de R\$ 200,00 (a ser usado para pagar os cálculos do contador e as custas judiciais).
- c) Aguardar o julgamento dos recursos judiciais relativos a extensão da CET às pensionistas.



200 fazendários se reuniram dia 20 e definiram posicionamento

Veja decisões da Assembléia



Auditrório do Sindicato ficou lotado, com a presença de mais de 200 pessoas na assembleia

Reunidos em assembleia no dia 20 de janeiro, na sede do Sindicato, cerca de 200 fazendários discutiram a execução da Ação do PDF dos aposentados e pensionistas do Grupo Fisco. Apesar do período de férias, foi uma assembleia concorrida e cumpriu a decisão tomada no Conselho Sindical ocorrida em 11 de dezembro.

A convocação da assembleia, conforme decidiu o Conselho, foi necessária para não contrariar decisão da anterior, realizada no dia 24 de novembro de 2008, no Fiesta Bahia Hotel, que deliberou pela desistência coletiva da Ação do PDF e da diferença de 15% da Ação da CET dos aposentados, em favor do acordo de incorporação de 40% do PDF, entre outros pontos. Quanto à ação do CET, ficou de fora do entendimento os atrasados dos aposentados (2000-2006) e os 20% das pensionistas vencidos e

a vencer, ainda pendentes de recursos no Judiciário.

Importante salientar que naquela assembleia, com 505 votantes, 469 votaram a favor do resultado, 24 presentes votaram contrário, um voto foi nulo, dois votos foram em branco e nove abstenções. No acordo, ainda, caberia ao governo, via Procuradoria Geral do Estado, elaborar o termo de desistência individual, para assinatura dos envolvidos.

FATOS NOVOS

Entretanto, ao longo de 2009, o Estado não cumpriu tudo que foi acordado, incluindo a parte referente ao retorno do valor do ponto a 3% das pensionistas, que está pendente desde fevereiro de 2008. E nesse ínterim, a Ação do PDF transitou em julgado, com confirmação pelo Supremo Tribunal Federal da decisão do Tribunal de Justiça da Bahia, cujo Acórdão ficou assim redigido:

"Desse modo, resta suficientemente demonstrado a iliquidez e certeza do direito invocado no presente mandamus, bem como a inconstitucionalidade da Lei nº 7.800, de 13 de fevereiro de 2001.

Por tais razões, rejeitadas as preliminares, CONCEDE-SE A SEGURANÇA para determinar aos impetrados que procedam à incorporação do benefício em comento aos proventos dos inativos e pensionistas, devidos a partir do ajuizamento do writ."

A assembleia decidiu pelo encaminhamento da questão jurídica (veja quadro na página 2). Porém, os presentes ficaram conscientes que tal decisão envolve implicações políticas, porque o cumprimento da decisão judicial poderá provocar estornos, o que nos remeterá para uma nova discussão sobre o subtelo salarial. Um dia antes do fechamento desta edição, o Sindsefaz ajuizou a Execução Coletiva do PDF.

Pensionistas

Sindsefaz cobra cumprimento do acordo do valor do ponto

Novela já dura dois anos

Em três oportunidades, no mês de dezembro passado, o Sindsefaz voltou a cobrar do governo uma solução quanto ao cumprimento do acordo do valor do ponto da GF para as pensionistas. Na audiência com o secretário Carlos Martins, dia 3/12, o assunto foi recolocado e ele delegou ao superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária (SGF), Luiz Roberto Santos Ferreira, a tarefa de tratar a questão com o Sindicato.

Em 16/12, em audiência com Luiz Roberto, a entidade voltou a detalhar os pontos dos acordos descumpridos pelo governo para com o segmento e o reforço da necessidade de solução imediata da questão. O Superintendente disse que iria solicitar dos setores responsáveis na Sefaz o levantamento dos impactos financeiros dos pleitos e, em seguida, o encaminharia ao Secretário da Fazenda, Carlos Martins.

No dia 29/12, durante audiência, o Sindsefaz reapresentou a Carlos Martins a questão. O secretário ligou, na presença dos diretores, para o Setor de Pagamento, a fim de obter informações sobre a planilha de cálculos quanto a repercussão financeira do pleito das pensionistas da Sefaz. Obteve a informação que não foi tecnicamente possível a leitura desses cálculos no âmbito da Secretaria da Fazenda.

Martins garantiu que se encarregará pessoalmente de colher esses dados junto a



Sindsefaz tem pressionado o estado para que a injustiça contra as pensionistas seja sanada



SUPREV – Superintendência de Previdência do Estado da Bahia – e marcará uma nova reunião para tratar a questão.

O Sindsefaz afirmou que cobrará uma posição do governo sobre a questão e pediu deferência ao secretário Martins para conceder uma nova audiência, preferencialmente logo nesse início de ano, para tentar adiantar uma solução rapidamente.

As pensionistas formam o único

segmento da Fazenda que não foi contemplado em nenhuma das suas reivindicações. É lamentável que estejamos caminhando para o segundo aniversário do acordo, sem que o governo consiga cumpri-lo. É inadmissível que esta situação perdure sem solução, prejudicando cerca de 700 pessoas. Até porque, não há explicação técnica ou política que justifique tal atraso.

Audiência

Secretário recebe Sindsefaz para discutir pendências da pauta

Sindicato busca respostas

No dia 29 de dezembro, pela segunda vez no mês, o secretário Carlos Martins recebeu o Sindsefaz em audiência, em nova rodada de discussão sobre as pendências da pauta de reivindicações dos fazendários. Em pauta a questão de um novo subeto salarial, pleitos com as pensionistas, carneira e nova composição da GDF dos técnicos administrativos, execução do PDF e pagamento da nova GF.

O Sindicato fez diversos questionamentos e argumentações ao secretário quanto aos pleitos dos fazendários. Martins respondeu aos pleitos de forma individual (veja matérias nas páginas 8 e 9 sobre os pleitos dos técnicos e na página ao lado das pensionistas).

SUBETO

Questionado pelo Sindsefaz quanto a uma nova negociação em torno do subeto salarial, em março de 2010, em face de nova incorporação de PDF (15%), via GF, o secretário Martins respondeu categoricamente que não há negociação alguma sobre esta questão no governo, pois o aumento dado em 2009 no valor de 30% referia-se ao conjunto das incorporações de 2009 e 2010. O Sindicato, em resposta, declarou que insistirá na abertura de negociação em torno do tema, já que novos estornos salariais ocorrerão nos contra-cheques dos auditores fiscais a partir de março



Sindicato tem transtorno com o governo na necessidade de fechar pauta antes do calendário eleitoral

de 2010, com o novo valor do ponto da GF, retomando a situação anterior de "confisco" do que foi acertado na negociação. Em dezembro, a Assembleia Legislativa aprovou o Projeto de Lei nº 18.512/2009, que tratou do incremento de 4% dos subsídios do Governador, Vice-governador e Secretários de Estado e que também majorou, exclusivamente para efeito do limite remuneratório, o valor do subsídio do Governador para R\$ 16.224,00, ou seja, mudou o subeto salarial do Poder Executivo.

PROMOÇÃO E GF

Martins afirmou que o PL da Promoção do grupo fixo já foi encaminhado à Assembleia Legislativa e deverá ser apreciado no em fevereiro/2010. O secretário registrou, também, que o PL prevê retroatividade a outubro de 2009. O Sindsefaz espera que não haja obstrução por parte da oposição na ALBA, já que toda matéria de interesse da categoria tem sido usada por alguns deputados do DEM/PFL para sua guerra particular contra a Sefaz e o governo.

Quanto a GF o secretário disse que a primeira parcela do retroativo seria paga em folha suplementar na primeira quinzena de janeiro, conforme entendimentos entre a Sefaz e a Saeb. Contudo, no momento do fechamento desta edição, a primeira parcela do retroativo está prevista para pagamento na folha normal do mês de janeiro de 2010.

Confraternização

Fazendários encerram ano comemorando as vitórias e preparando o futuro

Recarregar as energias

Mais de mil fazendários e familiares se reuniram no dia 11 de dezembro, em festa promovida pelo Sindsetaz no Hotel Pestana. Foi um momento de confraternização da categoria, que parou um pouco para comemorar as vitórias obtidas em 2009 e renovar as energias. Afinal de contas, de janeiro a dezembro, o ano foi de lutas, árduas, e só lembrar dos três meses de batalha em torno do PL da carreira e depois os cinco meses de discussões com o governo e junto a Assembleia para aprovar o novo subteito.

Numa demonstração de confiança política e reconhecendo do papel sindical da entidade, traduzidas nas grandes vitórias da categoria em 2009, os fazendários fizeram uma festa alegre e divertida. O clima foi de integração, alegria e satisfação entre os auditores, agentes de tributos, técnicos administrativos, aposentados, pensionistas e seus familiares.

Várias autoridades se fizeram presentes. O governador Wagner, através da sua assessoria, enviou carta ao Sindicato desejando sucesso no

evento e justificando a sua ausência, indicando o auditor fiscal e subsecretário da Fazenda Carlos Alberto Batista como o seu representante. Curíram também a festa o deputado federal e presidente do PCdoB, Daniel Almeida, os deputados estaduais José Neto (PT), Roberto Carlos (PDT), Álvaro Gomes e Javier Alfaya (PCdoB) e as vereadoras Marta Rodrigues (PT) e Aladice Souza (PCdoB).

A festa foi também um momento de recarregar as baterias, porque 2010 já começou e pela frente os fazendários terão a luta em prol das pensionistas e dos pleitos dos técnicos administrativos, a resolução da promoção (cujo PL está na Assembleia) e a reabertura da discussão do subteito, já que a aplicação dos ganhos previstos no PL da carreira fará que em breve alguns auditores voltem a estomar parte de seus vencimentos ao Estado. Outra questão que está em pauta é a execução da ação do PDF. Estes assuntos foram debatidos na Audiência com o secretário Carlos Martins, em 29 de dezembro (veja mais na página 4).



Técnicos

Avança mobilização pela nova composição da GDF e pela carreira específica

Encontro reúne segmento

No dia 23 de novembro, nas dependências da Casa do Comércio, aconteceu um importante Encontro Estadual dos técnicos administrativos, que reuniu centenas de colegas, renovando a unidade e a determinação do segmento para conquistar suas reivindicações.

O encontro aprovou resoluções que permitirão ao Sindsefaz dar encaminhamento à luta dos técnicos (veja quadro). Posteriormente, o segmento foi recebido em audiência pelo secretário Carlos Martins e pelo superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária (SGF), Luiz Roberto Santos Ferreira. Veja matérias na página ao lado.



Técnicos estão mobilizados para resolver seus pleitos



Deliberações do Encontro

1. Luta pela implantação do plano específico do grupo ocupacional técnico administrativo da Sefaz, com inclusão de critérios de promoção para as três carreiras do segmento: analista técnico, técnico administrativo e auxiliar técnico;
2. Alteração da composição da GDF – proposta a ser elaborada por comissão eleita no encontro e que será entregue ao titular da Secretaria da Fazenda na audiência de 03 de dezembro próximo;
3. Luta pelo cumprimento das decisões judiciais relativas à correção do FGTS, já transitadas em julgado;
4. Eleição da comissão de técnicos para elaborar propostas, mobilizar o segmento e participar das

reuniões com a administração da Sefaz, em conjunto com a direção do Sindsefaz. Membros eleitos, por unanimidade:

- a) Ana Cristina Correia Mesquita (Direg)
- b) Geraldo Caldas Barros (Infaz São Antônio de Jesus)
- c) José Luiz de Mendonça Neto (Direg)
- d) Cláudio José Silva Teixeira (Dat Metro - SAC Litoral Norte)
- e) Cintya Maria Hamdan Sampaio Souto (Infaz Jequié)
- f) Ilza Maria Dutra Couto Schauen (Infaz Itabuna)
- g) Paulo Roberto Guedes Fonseca (Dat Metro)
- h) Maria Nazareni Peixoto Figueiredo (Dat Metro - SAC Barra)
- i) Edson Felipe da Silva (Dat Metro)
- j) Rosaura Mociel Meira Cruz (IFMT Metro)
- k) Nilton Ribeiro da Silva (AGE)

Secretário recebe comissão e ouve reivindicações do segmento

Audiências com a Sefaz

No dia 03 de dezembro passado, o secretário Carlos Martins recebeu a comissão eleita no Encontro do Grupo Técnicos Administrativos, em conjunto com a Diretoria do Sindsefaz. O objetivo da audiência foi retomar as negociações em torno dos pontos da pauta específica do segmento, discutidas durante o encontro de novembro (veja ao lado).

Na oportunidade, os representantes eleitos valorizaram bastante a conquista da criação da GDF, acordada em reunião com o próprio secretário Martins em 11 de setembro de 2008. Mas, reafirmaram a necessidade das discussões em torno da criação da carreira específica, na qual pretendem estabelecer uma nova composição para a GDF, extensiva aos aposentados e pensionistas, e uma regulamentação dos critérios de promoção para os três segmentos: analista técnico, técnico administrativo e auxiliar administrativo.

O secretário Martins, após ouvir todas as argumentações, reafirmou os compromissos que mantém com os fazendários, referindo-se aos ajustes de curto, médio e longo prazo. Disse que o governo ainda não tomou a decisão de criação de uma carreira específica para o grupo técnico fazendário, porque envolve questões políticas, jurídicas e de gestão. Segundo ele, a decisão nesse sentido provocará movimentação em outras categorias e levantará a discussão sobre a manutenção ou extinção do "Plano". Por isso, fez questão de externar a posição contrária à criação de uma falsa expectativa de solução imediata para esta reivindicação. Admitiu, entretanto, as peculiaridades que envolvem o ano de 2010 e as mobilizações que ocorrerão até o próximo mês de maio.

No final da audiência, depois de ouvir os contrapontos dos representantes do grupo técnico, Martins

exaltou a gestão democrática e abriu o espaço para apresentação da proposta elaborada pela comissão, mas advertiu os fazendários para a necessidade do convencimento político na construção do projeto conjunto governo e sindicato. Inclusive, citou como exemplo as mudanças promovidas no grupo fiscal: o Sindsefaz apresentou proposta de carreira única, mas o governo decidiu por mudança de atribuições dos cargos no Fisco.

NOVA AUDIÊNCIA

Em novo encontro com Carlos Martins, dia 29 de dezembro, o Sindsefaz informou o resultado da reunião que teve neste mês de dezembro com o Superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária Luiz Roberto Ferreira (veja Box ao lado) e levou ao conhecimento dele uma proposta da Comissão dos Técnicos, que prevê a



Audiência com o secretário Carlos Martins no dia 3 de dezembro de 2009

recomposição imediata da GDF para permitir a percepção desta gratificação na aposentadoria dos integrantes do segmento.

A direção do sindicato registrou que esta proposta surgiu em face do critério semelhante estabelecido para o grupo ocupacional da Saúde, que foi apresentado no PL 18.463/09 e que foi aprovado na sessão do dia 23 de dezembro na Assembleia Legislativa.

O Secretário registrou, mais uma vez, sua preocupação em relação à ansiedade do segmento quanto à instituição da carreira específica do segmento na Fazenda e da apresentação de novas reivindicações, mas se comprometeu a examinar a proposta elaborada pela Comissão.

Consistência da proposta

Em audiência ocorrida dia 16 de dezembro com o superintendente de Desenvolvimento da Gestão Fazendária (SGF), Luiz Roberto Santos Ferreira, a Diretoria do Sindsefaz e a comissão dos técnicos detalharam a proposta de plano de carreira elaborada pelo Grupo de Trabalho instalado pelo Secretário da Fazenda, em 2008, e os pontos que foram decididos

no Encontro de novembro.

O superintendente superiu, antes de entrar no mérito do assunto, que a comissão eleita faça um levantamento de dados, sob a perspectiva do Estado, para dar consistência à proposta. A sugestão foi acatada e a comissão se encarregou de preparar uma agenda de visitas aos respectivos setores.

Lavagem do Bonfim

Servidores chamam atenção com mobilização e muito bom humor

Fazendários no cortejo da Fetrab

Os fazendários participaram dia 14 de janeiro da tradicional Lavagem do Bonfim, aparecendo com grande destaque no cortejo da Fetrab (Federação dos Trabalhadores do Estado). Com o lema "Governador, faça como o Senhor do Bonfim, olhai por nós", o funcionalismo levou suas bandeiras às ruas da cidade, pedindo a retomada das negociações salariais na Mesa Central e atendimento de pleitos históricos da categoria, como o pagamento da URV.

A participação dos servidores na Lavagem do Bonfim já é uma tradição, sempre com muita alegria, fé e descontração que marcam a festa. É que além da atenção de toda a cidade, à lavagem acionam políticos de todos os matizes, do prefeito ao governador, do deputado ao senador, secretários e assessores. Tudo isso atrai a imprensa e torna o cortejo um ambiente propício à divulgação do que pensa o servidor público.

Nunca é demais lembrar que o servidor público é o estado na vida do povo, ou seja, é o funcionário na escola, nos hospitais, na segurança, no judiciário, enfim, no atendimento direto àquele que busca o serviço público. Portanto, servidor insatisfeito é prejuízo ao cidadão, mas também ao governo e ao governante de plantão. E ao concluir o governador Wagner a olhar pelos servidores, a Fetrab e os sindicatos querem alertar que, ao final, não buscamos somente o atendimento de alguma reivindicação, mas também debater as pautas com maturidade e democracia.



Ministro Carlos Luppi disse que entregará pessoalmente documento ao Sindsefaz

Legitimidade reconhecida



Diretora de Sindicato é recebida pelo Ministro do Trabalho, que reafirma registro

No dia 23 de novembro, em sua passagem por Salvador, o Ministro Carlos Luppi recebeu diretores do Sindsefaz. O Ministro do Trabalho participava do Fórum Baiano de Aprendizagem Profissional, realizado na Casa do Comércio e dedicou alguns minutos de conversa com os fazendários, que aproveitaram a oportunidade para manifestar a imensa satisfação da maioria dos auditores fiscais, agentes de tributos e técnicos administrativos com a atualização do Registro Sindical do Sindsefaz, deferida em fins de outubro.

O Ministro afirmou, em resposta aos dirigentes do Sindicato, que terá enorme prazer em marcar uma audiência, em Brasília para entregar oficialmente a atualização da Carta Sindical ao Sindsefaz.

A renovação da Carta Sindical e as recentes decisões judiciais contra a tentativa de criação de uma outra entidade na base da Sefaz vão enterrando as pretensões politiquieiras de um

pequeno grupo de ex-dirigentes da Secretaria. Apesar do poder pela avalanche eleitoral de outubro de 2006, após 16 anos massacrando a categoria (Redutor Salarial, fim das diárias especiais, desrespeito aos aposentados e pensionistas com a enorme diferenciação salarial para com os ativos, perseguição aos sindicalistas e remuneração básica abaixo do mínimo), alguns dos ex-chefes na Fazenda buscaram, com a criação de uma ONG falsamente pró-sindical, criar empecilhos às vitórias que auditores, agentes e técnicos vêm obtendo nos últimos três anos.

DERROTAS SEQUENCIAIS

Ainda em outubro o TRT 5ª Região, em decisão da 1ª Turma, negou provimento aos segundos Embargos de Declaração opostos pela ONG IAF, contra decisão do Tribunal que manteve inalterado o acórdão proferido no Recurso Ordinário, no Processo

nº 00075.2008.038.05.00, no qual o Sindsefaz foi reconhecido como o ÚNICO representante do fisco baiano. Na decisão anterior, o TRT impôs aos réus (IAF e Sr. Mauricio Costa Gomes) abstenção de se apresentarem como representantes da categoria, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 (um mil reais) em caso de transgressão do preceito.

Mais recentemente, essa ONG sofreu nova derrota judicial, dessa vez no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, em Brasília, onde entraram com o Mandado de Segurança no 01972/2009, contra o despacho do Ministério do Trabalho que concedeu a atualização do Registro Sindical do Sindsefaz. Sem entrar no mérito da questão, o TRT 10ª Região decidiu extinguir o processo "por ausência de pressupostos processuais".

É o povo tem razão sindicato CHAPA FRIA na Sefaz, NAC!